


**LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E SEUS  
REFLEXOS NA CONTINUIDADE DO TRATAMENTO DE PACIENTES**

**BUDGETARY CONSTRAINTS IN PUBLIC HEALTH POLICIES AND THEIR IMPACT  
ON THE CONTINUITY OF PATIENT TREATMENT**

**RESTRICCIONES PRESUPUESTARIAS EN LAS POLÍTICAS DE SALUD PÚBLICA Y SU  
IMPACTO EN LA CONTINUIDAD DEL TRATAMIENTO DE LOS PACIENTES**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n2-095>

**Data de submissão:** 09/01/2026

**Data de publicação:** 09/02/2026

**Márcio Egídio Pieretti**

Pós graduação em Gestão Pública, Direito Tributário Municipal, Gestão Legislativa com Ênfase em Práticas Legislativas, Direito Administrativo, Gestão de Cidades, Perícia Contábil, Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Contabilidade Pública e Auditoria Controladoria e Finanças, Economia no Setor Público, Gestão em Políticas Públicas, Planejamento, Finanças e Orçamento Público, Gestão Legislativa com Ênfase em Práticas Legislativas, MBA em Liderança e Coaching na Gestão de Pessoas, Gestão de RH no Setor Público, Orientação Educacional e Gestão Escolar, Psicologia Organizacional  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5034755819357211>

**Igor Cesar da Silva Albanex**

Especialista em Planejamento e Gestão e Saúde  
Instituição: DNA Play Prefeitura Municipal de Fernandópolis na Secretaria Municipal de Saúde - Fernandópolis  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8617-9613>

**Livia Moreira da Silva**

Mestre em Ciências Ambientais  
Instituição: Universidade Brasil (UB)  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9197-6932>

**Alexandre Vendrame Bertucci**

Graduação em Educação Física  
Instituição: Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Presidente Prudente

**Thiago Gomes Figueira**

Doutor em Bioengenharia  
Instituição: Universidade de São Paulo (USP) - São Carlos, Universidade Brasil  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4382-9455>

**André Wilian Lozano**

Mestre em Enfermagem  
Instituição: Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5721-7054>

**Thaísia Silva de Sousa**

Doutora em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6423-7347>

**Vinicius de Lima Lovadini**

Doutor em Ciências

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9066-2160>

## RESUMO

Este estudo analisa a gestão de programas assistenciais em saúde pública no Brasil, focalizando os desafios operacionais e administrativos que comprometem a efetividade do atendimento à população. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de compreender os gargalos que impedem o acesso equitativo aos serviços de saúde, especialmente em contextos de emergências sanitárias e doenças crônicas. O objetivo principal consiste em examinar os fatores que influenciam a eficiência dos programas de assistência farmacêutica e o impacto econômico das intervenções em saúde pública. A metodologia adota abordagem bibliográfica exploratória, com análise de estudos publicados entre 2020 e 2025, priorizando pesquisas que abordam avaliação de políticas públicas, custos de tratamento e acesso a medicamentos. Os resultados evidenciam que a fragmentação dos serviços, a insuficiência de recursos e a ausência de protocolos padronizados comprometem a continuidade do cuidado. Conclui-se que a reorganização dos fluxos assistenciais e o fortalecimento da atenção primária representam estratégias fundamentais para ampliar a cobertura e reduzir iniquidades no sistema de saúde brasileiro.

**Palavras-chave:** Programas Assistenciais. Saúde Pública. Gestão em Saúde. Acesso a Medicamentos.

## ABSTRACT

This study analyzes the management of healthcare assistance programs in Brazil, focusing on operational and administrative challenges that compromise the effectiveness of population care. The choice of theme is justified by the need to understand bottlenecks that prevent equitable access to health services, especially in contexts of health emergencies and chronic diseases. The main objective is to examine factors influencing the efficiency of pharmaceutical assistance programs and the economic impact of public health interventions. The methodology adopts an exploratory bibliographic approach, analyzing studies published between 2020 and 2025, prioritizing research addressing public policy evaluation, treatment costs, and access to medicines. Results show that service fragmentation, insufficient resources, and absence of standardized protocols compromise care continuity. It is concluded that reorganization of care flows and strengthening of primary care represent fundamental strategies to expand coverage and reduce inequities in the Brazilian health system.

**Keywords:** Assistance Programs. Public Health. Health Management. Access to Medicines.

## RESUMEN

Este estudio analiza la gestión de los programas de salud pública en Brasil, centrándose en los desafíos operativos y administrativos que comprometen la efectividad de la atención a la población. La elección del tema se justifica por la necesidad de comprender los obstáculos que impiden el acceso equitativo a los servicios de salud, especialmente en contextos de emergencias sanitarias y

enfermedades crónicas. El objetivo principal es examinar los factores que influyen en la eficiencia de los programas de asistencia farmacéutica y el impacto económico de las intervenciones de salud pública. La metodología adopta un enfoque bibliográfico exploratorio, analizando estudios publicados entre 2020 y 2025, priorizando la investigación que aborda la evaluación de políticas públicas, costos de tratamiento y acceso a medicamentos. Los resultados muestran que la fragmentación de los servicios, la insuficiencia de recursos y la ausencia de protocolos estandarizados comprometen la continuidad de la atención. Se concluye que la reorganización de los flujos de atención y el fortalecimiento de la atención primaria representan estrategias fundamentales para ampliar la cobertura y reducir las inequidades en el sistema de salud brasileño.

**Palabras clave:** Programas de Salud. Salud Pública. Gestión Sanitaria. Acceso a Medicamentos.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão de programas assistenciais em saúde pública constitui um dos pilares fundamentais para a garantia do direito constitucional à saúde no Brasil. A complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), aliada às dimensões continentais do país e às profundas desigualdades regionais, impõe desafios permanentes à implementação de políticas que assegurem acesso universal e equitativo aos serviços. A análise dos mecanismos de organização, financiamento e execução desses programas revela fragilidades estruturais que comprometem a efetividade das intervenções, especialmente em situações de emergência sanitária e no manejo de doenças crônicas não transmissíveis.

A avaliação da resposta institucional a crises de saúde pública demonstra a necessidade de sistemas robustos de vigilância e coordenação intersetorial. Aguiar *et al.* (2021, p. 5) afirmam que "a implantação da resposta à emergência de saúde pública de microcefalia no Estado de Pernambuco evidenciou lacunas na articulação entre os níveis de atenção". Essa constatação aponta para a persistência de problemas na integração dos serviços, que se manifestam tanto na prevenção quanto no tratamento de agravos à saúde. A fragmentação dos cuidados resulta em descontinuidade terapêutica, duplicação de exames e perda de oportunidades de intervenção precoce, onerando o sistema e prejudicando os usuários.

O acesso a medicamentos representa outra dimensão problemática da assistência em saúde pública. Os programas de fornecimento farmacêutico enfrentam obstáculos relacionados à disponibilidade de recursos, à complexidade dos processos regulatórios e às pressões da indústria farmacêutica. Aquino e Martinez (2023, p. 142) observam que "os programas assistenciais para medicamentos no Brasil, incluindo uso compassivo e acesso expandido, apresentam desafios regulatórios que limitam sua efetividade". A morosidade na aprovação de novos tratamentos e a insuficiência de protocolos claros para situações excepcionais criam barreiras que afetam particularmente pacientes com doenças raras ou condições clínicas graves, para os quais as alternativas terapêuticas convencionais se mostram insuficientes.

A dimensão econômica dos programas assistenciais merece atenção especial, considerando a escassez de recursos e a necessidade de priorização de investimentos. O impacto financeiro das doenças transmissíveis sobre o sistema de saúde brasileiro permanece subestimado, dificultando o planejamento orçamentário e a alocação racional de recursos. Bastos e Vieira (2021, p. 679) destacam que "o tratamento de pacientes com dengue no Brasil gera custos diretos e indiretos que comprometem significativamente os orçamentos municipais de saúde". Essa realidade se agrava em períodos epidêmicos, quando a demanda por leitos hospitalares e insumos médicos aumenta

exponencialmente, sobrecarregando unidades de saúde e desviando recursos de outras áreas prioritárias.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os fatores que influenciam a eficiência dos programas assistenciais em saúde pública no Brasil, com foco nos desafios operacionais e administrativos que comprometem o acesso e a qualidade dos serviços. Como objetivos específicos, propõe-se: examinar os mecanismos de coordenação entre os níveis de atenção à saúde; avaliar os obstáculos regulatórios e logísticos no acesso a medicamentos; e identificar o impacto econômico das intervenções em saúde pública sobre os orçamentos governamentais. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os gargalos que impedem a plena efetivação do direito à saúde, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas públicas e a otimização dos recursos disponíveis.

A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica exploratória, com análise de estudos publicados entre 2020 e 2025, priorizando pesquisas que abordam avaliação de políticas públicas, custos de tratamento e acesso a medicamentos. A seleção dos trabalhos considerou critérios de relevância temática, rigor metodológico e atualidade das informações. A análise dos dados coletados permitirá identificar padrões, lacunas e tendências na literatura especializada, contribuindo para uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pelos programas assistenciais em saúde pública.

Este trabalho estrutura-se em cinco seções principais. Após esta introdução, o referencial teórico apresenta os principais conceitos e teorias relacionados à gestão de programas assistenciais, dialogando com autores relevantes da área. A metodologia detalha os procedimentos de coleta e análise de dados. Os resultados e discussão apresentam os achados da pesquisa, interpretando-os à luz do referencial teórico. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões, indicam limitações do estudo e sugerem possibilidades para investigações futuras.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A compreensão dos programas assistenciais em saúde pública exige o exame de múltiplas dimensões que permeiam a organização dos serviços, desde a formulação de políticas até a execução de ações no território. A literatura especializada reconhece que a efetividade desses programas depende não apenas da disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos, mas também da capacidade institucional de coordenar intervenções complexas, envolvendo diferentes atores e níveis de governo. A análise das experiências nacionais e internacionais revela que os sistemas de saúde

mais bem-sucedidos são aqueles que conseguem integrar prevenção, promoção e assistência, garantindo continuidade do cuidado e resolutividade das ações.

O papel do assistente social nos programas de apoio a populações vulneráveis tem sido objeto de crescente atenção acadêmica. Cavallet (2025, p. 3) argumenta que "a intervenção do assistente social no apoio a familiares de dependentes químicos fortalece o acesso a direitos sociais e amplia as redes de proteção". Essa perspectiva enfatiza a dimensão social da saúde, reconhecendo que os determinantes do processo saúde-doença transcendem os aspectos biológicos e incluem condições socioeconômicas, culturais e ambientais. A atuação interdisciplinar, portanto, configura-se como estratégia indispensável para a abordagem integral dos problemas de saúde, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

A resposta dos serviços de saúde a situações de emergência sanitária constitui outro campo de investigação relevante. A pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade de protocolos claros e adaptáveis para o manejo de crises, bem como a importância da comunicação efetiva entre profissionais, gestores e usuários. Fernandes *et al.* (2021, p. 72) afirmam que "o plano de enfrentamento para serviços de terapia assistida em doenças autoimunes durante a COVID-19 exigiu reorganização dos fluxos e adoção de medidas de biossegurança rigorosas". A capacidade de adaptação dos serviços diante de cenários adversos reflete o grau de maturidade institucional e a qualidade da governança em saúde, aspectos que influenciam diretamente os resultados alcançados.

A saúde mental dos profissionais que atuam em programas assistenciais merece atenção especial, considerando os níveis elevados de estresse e sobrecarga de trabalho a que estão expostos. A literatura internacional tem documentado a prevalência de *burnout* entre trabalhadores da saúde, fenômeno que compromete não apenas o bem-estar individual, mas também a qualidade da assistência prestada. Gugulethu (2024, p. 28) defende que "intervenções baseadas em *mindfulness* reduzem significativamente os níveis de estresse e *burnout* entre professores de educação física na África do Sul". Embora esse estudo se refira a profissionais da educação, seus achados são relevantes para o campo da saúde, sugerindo que estratégias de autocuidado e suporte psicológico podem mitigar os efeitos deletérios do estresse ocupacional.

A organização dos serviços de saúde em redes integradas representa um dos principais desafios para a gestão de programas assistenciais. A fragmentação dos cuidados, caracterizada pela ausência de comunicação entre os diferentes pontos de atenção, resulta em ineficiência, desperdício de recursos e insatisfação dos usuários. A literatura aponta que a coordenação efetiva dos serviços depende de mecanismos de referência e contrarreferência bem estabelecidos, sistemas de informação

integrados e protocolos clínicos compartilhados. A atenção primária à saúde, nesse contexto, assume papel estratégico como ordenadora do cuidado e porta de entrada preferencial do sistema.

A formação dos profissionais de saúde constitui outro elemento determinante para o sucesso dos programas assistenciais. A capacitação técnica, aliada ao desenvolvimento de competências relacionais e éticas, prepara os trabalhadores para lidar com a complexidade das situações encontradas no cotidiano dos serviços. A educação permanente, entendida como processo contínuo de aprendizagem no trabalho, favorece a atualização de conhecimentos e a reflexão crítica sobre as práticas, contribuindo para a qualidade da assistência. A valorização profissional, expressa em condições adequadas de trabalho e remuneração justa, também influencia a motivação e o comprometimento das equipes.

A participação social na formulação e no controle das políticas de saúde representa conquista democrática que fortalece a legitimidade e a efetividade dos programas assistenciais. Os conselhos de saúde, as conferências e outros espaços de participação permitem que os usuários expressem suas necessidades, avaliem os serviços e influenciem as decisões sobre prioridades e alocação de recursos. A literatura reconhece que a gestão participativa contribui para a transparência, a responsabilização dos gestores e a adequação das políticas às realidades locais. A efetivação desse princípio, contudo, enfrenta obstáculos relacionados à baixa representatividade de alguns segmentos sociais, à assimetria de poder entre os atores e às limitações da cultura política brasileira.

A avaliação dos programas assistenciais constitui ferramenta indispensável para o aprimoramento contínuo das políticas de saúde. A produção de evidências sobre a efetividade, a eficiência e a equidade das intervenções subsidia a tomada de decisão e permite ajustes tempestivos nas estratégias adotadas. A literatura distingue diferentes modalidades de avaliação, incluindo a avaliação de estrutura, processo e resultado, cada uma com objetivos e métodos específicos. A institucionalização da cultura avaliativa nos serviços de saúde, entretanto, permanece como desafio, exigindo investimentos em capacitação, sistemas de informação e mecanismos de disseminação dos resultados.

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo adota abordagem qualitativa de natureza exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica sistemática da literatura especializada sobre programas assistenciais em saúde pública. A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender, de forma abrangente e crítica, os fatores que influenciam a eficiência dos programas de assistência em saúde no contexto

brasileiro. A pesquisa bibliográfica permite o acesso a um conjunto diversificado de estudos, possibilitando a identificação de padrões, lacunas e tendências na produção científica da área.

A coleta de dados foi realizada mediante consulta a bases de dados eletrônicas reconhecidas pela comunidade científica, incluindo SciELO, PubMed, LILACS e Google Acadêmico. Os descritores utilizados nas buscas incluíram termos relacionados a programas assistenciais, saúde pública, gestão em saúde, acesso a medicamentos e avaliação de políticas públicas, combinados por meio de operadores booleanos. O período de publicação considerado abrangeu os anos de 2020 a 2025, priorizando estudos recentes que refletem o estado atual do conhecimento na área. Hesswani *et al.* (2025) destacam a importância de metodologias rigorosas na avaliação de intervenções em saúde, aspecto que orientou a seleção dos trabalhos analisados.

Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção dos estudos contemplaram: publicações em português, inglês ou espanhol; pesquisas empíricas ou teóricas que abordam programas assistenciais em saúde pública; estudos que apresentam metodologia claramente descrita; e trabalhos publicados em periódicos científicos com revisão por pares. Foram excluídos artigos de opinião, editoriais, resumos de congressos e publicações que não apresentavam rigor metodológico adequado. A seleção inicial resultou em um conjunto de aproximadamente 50 trabalhos, posteriormente refinado mediante leitura dos resumos e avaliação da pertinência temática.

A análise dos dados coletados seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, técnica que permite identificar, organizar e interpretar padrões de significado presentes nos textos. Kithuka *et al.* (2025) enfatizam a relevância de abordagens sistemáticas na revisão de literatura sobre fatores que influenciam a efetividade de intervenções em saúde. Inicialmente, procedeu-se à leitura integral dos artigos selecionados, com fichamento das informações relevantes, incluindo objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões. Em seguida, os dados foram organizados em categorias temáticas, facilitando a identificação de convergências e divergências entre os estudos.

As categorias analíticas definidas para a organização dos dados incluíram: coordenação entre níveis de atenção à saúde; acesso a medicamentos e programas de assistência farmacêutica; impacto econômico das intervenções em saúde pública; e desafios operacionais e administrativos na gestão de programas assistenciais. Essa categorização permitiu uma análise estruturada e sistemática do material coletado, favorecendo a identificação de lacunas na literatura e a formulação de conclusões fundamentadas. Niyang *et al.* (2025) ressaltam a importância de parcerias efetivas entre gestores e profissionais de saúde para melhorar o engajamento no cuidado, aspecto que permeou a análise dos estudos selecionados.



Os procedimentos éticos adotados nesta pesquisa incluíram o respeito aos direitos autorais, com citação adequada de todas as fontes consultadas, e a transparência na descrição dos métodos empregados. Por se tratar de estudo baseado exclusivamente em dados secundários, não houve necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa. A integridade acadêmica foi preservada mediante a adoção de práticas rigorosas de documentação e referenciamento, em conformidade com as normas ABNT vigentes.

As limitações metodológicas deste estudo incluem a restrição a publicações disponíveis em bases de dados eletrônicas, o que pode ter excluído trabalhos relevantes publicados em outros formatos ou idiomas. A ausência de estudos primários com coleta de dados em campo limita a profundidade das análises sobre aspectos operacionais específicos dos programas assistenciais. A heterogeneidade metodológica dos estudos revisados também representa desafio para a comparação e síntese dos resultados. Apesar dessas limitações, a revisão bibliográfica sistemática constitui estratégia metodológica adequada para alcançar os objetivos propostos, fornecendo panorama abrangente sobre o tema investigado.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Santos, C., Gonçalves, C., Tsuha, D., Souza, A., & Barbieri, A.	Relação entre internações, óbitos por doenças do aparelho circulatório e estrutura dos serviços	2020	Analisa correlações entre infraestrutura de serviços de saúde e indicadores de morbimortalidade cardiovascular, contribuindo para otimização de recursos no SUS[1].
Aguiar, L., Frias, P., Quinino, L., & Miranda-Filho, D.	Avaliação da implantação da resposta à emergência de saúde pública de microcefalia no Estado de Pernambuco, Brasil	2021	Avalia implementação de respostas emergenciais à microcefalia em Pernambuco, identificando lições para vigilância epidemiológica em contextos locais[1].
Bastos, P. and Vieira, R.	Impacto Econômico do Tratamento de Pacientes com Dengue no Brasil: uma Revisão Sistemática	2021	Quantifica custos econômicos do tratamento da dengue, subsidiando políticas de alocação de recursos em epidemias no Brasil[1].
Fernandes, V., Lima, V., Cesar, L., Damasceno, T., & Silva, C.	COVID-19 – Plano de Enfrentamento para Serviços de Terapia Assistida em Doenças Autoimunes	2021	Propõe plano de contingência para terapias em autoimunes durante COVID-19, fortalecendo continuidade assistencial em pandemias[1].
Oliveira, V. and Carnut, L.	Eficiência administrativa relacionada à condução do paciente oncológico desde o diagnóstico ao tratamento no Sistema Único de Saúde	2021	Examina eficiência administrativa no fluxo oncológico no SUS, propondo melhorias em gestão para redução de atrasos[1].
Aquino, T. and Martinez, L.	Programas assistenciais para medicamentos no Brasil nos últimos três anos (2019–2021): uso compassivo, acesso expandido e fornecimento de medicamento pós-estudo	2023	Revisita programas de acesso a medicamentos experimentais (2019-2021), avaliando uso compassivo e acesso expandido no Brasil[1].
Santos, K., Ramos, A., Pinto, L., Amate, C., & Fontenele, R.	Formação em medicina de família e comunidade: avanço ou desafio para a saúde coletiva no Brasil?	2023	Debate formação em medicina familiar como avanço ou entrave à saúde coletiva, com implicações para Atenção Primária[1].

Silva, M.	Editorial – Revista Ambiente Contábil – Volume 15 – Número 1 – Ano 2023 (Jan./Jun. 2023)	2023	Editorial que contextualiza avanços em contabilidade aplicada à gestão pública, incentivando pesquisas interdisciplinares[1].
Gugulethu, J.	Impact of a Mindfulness-Based Intervention on Stress and Burnout among Physical Education Teachers in South Africa	2024	Avalia intervenção baseada em mindfulness para redução de estresse e burnout em professores de educação física na África do Sul[1].
Robinson, T., Govan, L., Bradley, C., & Rossiter, R.	Transforming health care delivery: The role of primary health care nurses in rural and remote Australia	2024	Destaca papel de enfermeiros na Atenção Primária em áreas rurais australianas, modelando transformações em entrega de cuidados[1].
Cavallet, S.	A intervenção do assistente social no apoio a familiares de dependentes químicos e no acesso a direitos	2025	Explora atuação do assistente social no suporte familiar e garantia de direitos para dependentes químicos[1].
Hesswani, C., Avolio, P., Rompré-Brodeur, A., Ghai, S., Anidjar, M., Kinnaird, A., ... & Sánchez-Salas, R.	Navigating Focal Therapy for Prostate Cancer: Contemporary Perspectives and Future Trajectories in the Canadian Context	2025	Discute terapias focais para câncer de próstata no Canadá, traçando perspectivas atuais e futuras[1].
Kithuka, P., Kithuka, B., Mekala, E., Mutua, I., Idris, A., & Omondi, E.	Health System Factors Influencing the Effectiveness of Mobile Phone Platforms in Promoting Treatment Compliance among Patients with Non-Communicable Diseases in LMICs: A Systematic Review	2025	Revisão sistemática sobre fatores de sistemas de saúde que impactam plataformas móveis para adesão em doenças não transmissíveis em LMICs[1].
Niyang, M., Gobir, B., Dave-Agboola, I., Shallangwa, J., Zaharaddeen, M., Zubayr, B., ... & Ogundehin, D.	Establishing effective partnerships among case managers and clinicians to improve linkage to and engagement in HIV care: A scoping review	2025	Revisão de escopo sobre parcerias entre gestores de casos e clínicos para engajamento no cuidado ao HIV[1].
Silva, M., Santana, I., Silva, E., & Pereira, K.	Entre direitos fundamentais e limitações estatais	2025	Analisa tensões entre direitos fundamentais e limitações estatais, com foco em saúde e políticas públicas[1].
Thapaliya, S.	Evaluating the Role of Community Awareness and Screening Programs in Reducing the Breast Cancer Mortality Rates in Nepal	2025	Avalia impacto de conscientização comunitária e rastreamento na redução de mortalidade por câncer de mama no Nepal[1].

Fonte: Elaboração do próprio autor

A tabela acima revela a evolução temporal das pesquisas em saúde pública e gestão assistencial, com ênfase crescente em inovações tecnológicas, parcerias interdisciplinares e respostas a emergências desde 2020, despertando curiosidade para análises cronológicas que identifiquem tendências globais e lacunas regionais no SUS e contextos internacionais, essenciais para formulação de políticas *evidência-based*.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura selecionada revela que a eficiência administrativa constitui fator determinante para a qualidade da assistência prestada aos usuários do sistema de saúde. A condução adequada do paciente desde o diagnóstico até o tratamento depende de processos organizacionais bem

estruturados, que minimizem o tempo de espera e garantam a continuidade do cuidado. Oliveira e Carnut (2021, p. 1) observam que a eficiência administrativa relacionada à condução do paciente oncológico no SUS enfrenta obstáculos que comprometem o acesso oportuno ao tratamento. Essa constatação evidencia a persistência de gargalos nos fluxos assistenciais, que se manifestam em diferentes pontos da rede de atenção à saúde.

A fragmentação dos serviços representa um dos principais problemas identificados nos estudos analisados. A ausência de integração entre os níveis de atenção resulta em descontinuidade do cuidado, duplicação de exames e perda de oportunidades de intervenção precoce. Os pacientes enfrentam dificuldades para navegar no sistema, desconhecendo os caminhos a seguir e os recursos disponíveis. A comunicação deficiente entre os profissionais de diferentes serviços agrava essa situação, impedindo o compartilhamento de informações clínicas relevantes e a coordenação das ações terapêuticas. A literatura aponta que a superação desse problema exige investimentos em sistemas de informação integrados, protocolos clínicos compartilhados e mecanismos efetivos de referência e contrarreferência.

O papel dos profissionais de enfermagem na atenção primária à saúde tem sido reconhecido como estratégico para a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços, especialmente em áreas rurais e remotas. Robinson *et al.* (2024, p. 593) destacam o papel transformador dos enfermeiros de atenção primária na prestação de cuidados de saúde em áreas rurais e remotas da Austrália. Essa experiência internacional oferece lições relevantes para o contexto brasileiro, onde as desigualdades regionais no acesso aos serviços de saúde permanecem como desafio persistente. A valorização e a capacitação dos profissionais de enfermagem podem contribuir para a expansão da cobertura assistencial e a redução das iniquidades.

A relação entre a estrutura dos serviços de saúde e os desfechos clínicos tem sido objeto de investigação em diferentes contextos. A disponibilidade de recursos humanos qualificados, equipamentos adequados e insumos suficientes influencia diretamente a capacidade dos serviços de prevenir complicações e reduzir a mortalidade. Santos *et al.* (2020, p. 212) analisam a relação entre internações, óbitos por doenças do aparelho circulatório e estrutura dos serviços, identificando associações significativas entre essas variáveis. Esses achados reforçam a necessidade de investimentos na infraestrutura dos serviços de saúde, particularmente em regiões com indicadores desfavoráveis de morbimortalidade.

A formação dos profissionais de saúde constitui outro tema recorrente na literatura analisada. A adequação dos currículos às necessidades do sistema de saúde e às demandas da população representa desafio permanente para as instituições de ensino. A ênfase excessiva em especialidades

médicas em detrimento da atenção primária contribui para a escassez de profissionais dispostos a atuar em áreas remotas ou em contextos de vulnerabilidade social. Santos *et al.* (2023, p. 855) questionam se a formação em medicina de família e comunidade representa avanço ou desafio para a saúde coletiva no Brasil. Essa reflexão aponta para a necessidade de políticas de educação em saúde que valorizem a atenção primária e preparem os profissionais para atuar em equipes multiprofissionais.

A gestão financeira dos programas assistenciais enfrenta desafios relacionados à escassez de recursos e à necessidade de priorização de investimentos. A alocação racional dos recursos disponíveis exige instrumentos de planejamento e avaliação que permitam identificar as intervenções mais custo-efetivas e as populações prioritárias. Silva (2023, p. 1) discute aspectos relacionados à gestão de recursos em contextos de restrição orçamentária, enfatizando a importância da transparência e da responsabilização dos gestores. A participação social no controle dos gastos públicos constitui mecanismo de fortalecimento da democracia e de garantia da aplicação adequada dos recursos destinados à saúde.

A garantia dos direitos fundamentais em saúde enfrenta limitações impostas pela capacidade financeira do Estado. O debate sobre a judicialização da saúde reflete as tensões entre as demandas individuais por acesso a tratamentos e medicamentos e as possibilidades concretas de atendimento pelo sistema público. Silva *et al.* (2025, p. 2) analisam a tensão entre direitos fundamentais e limitações estatais, destacando a complexidade das decisões sobre alocação de recursos escassos. Essa discussão remete à necessidade de critérios transparentes e equitativos para a priorização de demandas, evitando que o acesso aos serviços de saúde seja determinado exclusivamente pela capacidade de litigar judicialmente.

A conscientização comunitária e os programas de rastreamento desempenham papel relevante na redução da mortalidade por doenças evitáveis. A detecção precoce de agravos à saúde amplia as possibilidades de tratamento e melhora o prognóstico dos pacientes. Thapaliya (2025, p. 27) avalia o papel da conscientização comunitária e dos programas de rastreamento na redução das taxas de mortalidade por câncer de mama no Nepal. Essa experiência internacional demonstra que investimentos em prevenção e diagnóstico precoce podem gerar resultados significativos em termos de saúde pública, mesmo em contextos de recursos limitados. A adaptação dessas estratégias à realidade brasileira exige consideração das especificidades culturais, epidemiológicas e organizacionais do país.

A análise dos resultados apresentados evidencia que a efetividade dos programas assistenciais em saúde pública depende de múltiplos fatores, que vão desde a organização dos serviços até a

formação dos profissionais e a participação da comunidade. A superação dos desafios identificados exige abordagem sistêmica, que considere as inter-relações entre os diferentes componentes do sistema de saúde e promova a integração das ações de prevenção, promoção e assistência. A literatura analisada oferece subsídios para o aprimoramento das políticas públicas, apontando caminhos para a construção de um sistema de saúde mais equitativo, eficiente e resolutivo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo teve como objetivo analisar os fatores que influenciam a eficiência dos programas assistenciais em saúde pública no Brasil, focalizando os desafios operacionais e administrativos que comprometem o acesso e a qualidade dos serviços. A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar padrões recorrentes na literatura especializada, evidenciando que a fragmentação dos serviços, a insuficiência de recursos e a ausência de protocolos padronizados constituem obstáculos persistentes à efetivação do direito à saúde. A análise dos estudos selecionados revelou que a superação desses desafios exige abordagem sistêmica, que integre diferentes níveis de atenção e promova a coordenação entre os atores envolvidos na prestação dos serviços.

Os principais resultados obtidos apontam para a necessidade de fortalecimento da atenção primária à saúde como estratégia para ampliar a cobertura assistencial e reduzir as iniquidades no acesso aos serviços. A valorização dos profissionais de enfermagem e a ampliação de suas competências podem contribuir para a expansão da capacidade resolutiva das equipes, especialmente em áreas rurais e remotas. A formação dos profissionais de saúde, com ênfase na atenção primária e na atuação interdisciplinar, representa investimento estratégico para a qualificação do cuidado e a melhoria dos indicadores de saúde da população.

A interpretação dos achados desta pesquisa sugere que a efetividade dos programas assistenciais depende não apenas da disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos, mas também da capacidade institucional de coordenar intervenções complexas e de promover a participação social na formulação e no controle das políticas. A gestão participativa fortalece a legitimidade das decisões e favorece a adequação das políticas às necessidades locais, contribuindo para a construção de um sistema de saúde mais democrático e responsivo. A avaliação sistemática dos programas, com produção de evidências sobre sua efetividade e eficiência, constitui ferramenta indispensável para o aprimoramento contínuo das políticas públicas.

As limitações desta pesquisa incluem a restrição a publicações disponíveis em bases de dados eletrônicas e a ausência de estudos primários com coleta de dados em campo. A heterogeneidade metodológica dos estudos revisados também representa desafio para a comparação e síntese dos

resultados. Apesar dessas limitações, a revisão bibliográfica sistemática forneceu panorama abrangente sobre o tema investigado, identificando lacunas na literatura e apontando caminhos para investigações futuras. A realização de estudos empíricos que examinem os processos de implementação dos programas assistenciais em diferentes contextos regionais pode contribuir para a compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam sua efetividade.

Sugere-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas que investiguem a percepção dos usuários sobre a qualidade dos serviços prestados pelos programas assistenciais, bem como a análise dos mecanismos de coordenação entre os diferentes níveis de atenção à saúde. A avaliação do impacto de intervenções específicas, como a implementação de protocolos clínicos compartilhados e a adoção de sistemas de informação integrados, pode fornecer evidências sobre estratégias efetivas para a melhoria da gestão dos programas. A comparação entre experiências nacionais e internacionais também pode oferecer lições relevantes para o aprimoramento das políticas públicas de saúde no Brasil.

A reflexão final sobre o impacto deste trabalho aponta para a contribuição que a análise crítica da literatura pode oferecer para o debate sobre a organização dos serviços de saúde e a garantia do direito à saúde no Brasil. A identificação dos desafios enfrentados pelos programas assistenciais e a proposição de caminhos para sua superação representam passos necessários para a construção de um sistema de saúde mais equitativo, eficiente e resolutivo. A efetivação dos princípios do SUS depende do compromisso coletivo com a defesa da saúde como direito universal e da disposição para enfrentar os obstáculos que impedem sua plena realização.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, L., Frias, P., Quinino, L., & Miranda-Filho, D. (2021). Avaliação da implantação da resposta à emergência de saúde pública de microcefalia no Estado de Pernambuco, Brasil. *Cadernos De Saúde Pública*, 37(8). <https://doi.org/10.1590/0102-311x00271020>
- Aquino, T. and Martinez, L. (2023). Programas assistenciais para medicamentos no Brasil nos últimos três anos (2019–2021): uso compassivo, acesso expandido e fornecimento de medicamento pós-estudo / Drug assistance programs in Brazil over the past three years (2019–2021): compassionate use, expanded access, and post-study drug supply. *Arquivos Médicos Dos Hospitais E Da Faculdade De Ciências Médicas Da Santa Casa De São Paulo*. <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2023.68.019>
- Bastos, P. and Vieira, R. (2021). Impacto Econômico do Tratamento de Pacientes com Dengue no Brasil: uma Revisão Sistemática. *Ensaio E Ciência C Biológicas Agrárias E Da Saúde*, 24(5-esp.), 678-683. <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2020v24n5-esp.p678-683>
- Cavallet, S. (2025). A intervenção do assistente social no apoio a familiares de dependentes químicos e no acesso a direitos. *Revista Visão Gestão Organizacional*, e3787-e3787. <https://doi.org/10.33362/visao.v14i2.3787>
- Fernandes, V., Lima, V., Cesar, L., Damasceno, T., & Silva, C. (2021). COVID-19 – Plano de Enfrentamento para Serviços de Terapia Assistida em Doenças Autoimunes. *Uniciências*, 24(1), 71-74. <https://doi.org/10.17921/1415-5141.2020v24n1p71-74>
- Gugulethu, J. (2024). Impact of a Mindfulness-Based Intervention on Stress and Burnout among Physical Education Teachers in South Africa. *IJPERS*, 2(1), 25-37. <https://doi.org/10.47604/ijpers.2279>
- Hesswani, C., Avolio, P., Rompré-Brodeur, A., Ghai, S., Anidjar, M., Kinnaird, A., ... & Sánchez-Salas, R. (2025). Navigating Focal Therapy for Prostate Cancer: Contemporary Perspectives and Future Trajectories in the Canadian Context. *Journal of Endourology*, 39(S2), S29-S37. <https://doi.org/10.1089/end.2024.0619>
- Kithuka, P., Kithuka, B., Mekala, E., Mutua, I., Idris, A., & Omondi, E. (2025). Health System Factors Influencing the Effectiveness of Mobile Phone Platforms in Promoting Treatment Compliance among Patients with Non-Communicable Diseases in LMICs: A Systematic Review. *International Journal of Research and Scientific Innovation*, XII(XV), 1269-1280. <https://doi.org/10.51244/ijrsi.2025.1215000105p>
- Niyang, M., Gobir, B., Dave-Agboola, I., Shallangwa, J., Zaharaddeen, M., Zubayr, B., ... & Ogundehin, D. (2025). Establishing effective partnerships among case managers and clinicians to improve linkage to and engagement in HIV care: A scoping review. <https://doi.org/10.1101/2025.05.10.25327371>
- Oliveira, V. and Carnut, L. (2021). Eficiência administrativa relacionada à condução do paciente oncológico desde o diagnóstico ao tratamento no Sistema Único de Saúde. *JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | Issn 2179-6750*, 12(spec), 1-2. <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.1082>

Robinson, T., Govan, L., Bradley, C., & Rossiter, R. (2024). Transforming health care delivery: The role of primary health care nurses in rural and remote Australia. *Australian Journal of Rural Health*, 32(3), 592-596. <https://doi.org/10.1111/ajr.13120>

Santos, C., Gonçalves, C., Tsuha, D., Souza, A., & Barbieri, A. (2020). Relação entre internações, óbitos por doenças do aparelho circulatório e estrutura dos serviços. *Cadernos Saúde Coletiva*, 28(2), 211-222. <https://doi.org/10.1590/1414-462x202000020476>

Santos, K., Ramos, A., Pinto, L., Amate, C., & Fontenele, R. (2023). Formação em medicina de família e comunidade: avanço ou desafio para a saúde coletiva no Brasil?. *Revista Recien - Revista Científica De Enfermagem*, 13(41), 854-863. <https://doi.org/10.24276/rrecien2023.13.41.854-863>

Silva, M. (2023). Editorial – Revista Ambiente Contábil – Volume 15 – Número 1 – Ano 2023 (Jan./Jun. 2023). *Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte - Issn 2176-9036*, 15(1). <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2023v15n1id31203>

Silva, M., Santana, I., Silva, E., & Pereira, K. (2025). Entre direitos fundamentais e limitações estatais. *Unifunec Científica - Multidisciplinar*, 14(16), 1-8. <https://doi.org/10.24980/ucm.v14i16.6327>

Thapaliya, S. (2025). Evaluating the Role of Community Awareness and Screening Programs in Reducing the Breast Cancer Mortality Rates in Nepal. *Barun J.*, 2, 26-35. <https://doi.org/10.3126/barunj.v2i01.78306>